

**Prefeitura Municipal de Monte Carmelo**

Estado de Minas Gerais

Protocolo**RECIBO****Inscrição****0018715/2018****Data:** 26/12/2018 13:45:12**Impressão:** 26/12/2018 13:46:43

Setor/Quadra/Lote/SubLote

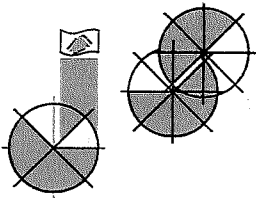
Requerente: 000027414 - JOAO SILVEIRA CONSTRUCOES - ME**CNPJ:** 10.428.583/0001-00**Endereço:** RUA CLARINDO GOULART

, 1446

Documentos Solicitados

018367/018 - Geral: CONTRA RECURSO

APRESENTA RESPOSTA A RECURSO REF. A TOMADAS DE PREÇOS Nº06 E 07/2018. SETOR DE LICITAÇÃO.



JOÃO SILVEIRA CONSTRUÇÕES

Reg. CREA-MG 043794 - CNPJ: 10.428.583/0001-00
Rua Clarindo Goulart, 1446 - CEP 38550-000 - Coromandel-MG

Coromandel, 26 de dezembro de 2018.

Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Comissão Permanente de Licitação

Ref. Edital Tomada de Preços n.º 07/2018

A empresa JOÃO SILVEIRA CONSTRUÇÕES, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.428.583/0001-00, por intermédio de seu representante legal, Sr. **João Silveira**, CPF nº 486.183.816-91, vêm apresentar parecer contra pedido de inabilitação solicitado pela empresa M2 Engenharia e Construtora Ltda, pelos motivos citados a seguir:

1) Quanto à alegação de que o sócio e representante dessa empresa declarou em mesa na presente licitação, “utilizar BDI SEM DESONERAÇÃO, o qual o impede perante a lei de recolher o imposto CPRB, ...”

Salientamos que as declarações feitas verbalmente em uma licitação não tem validade legal, sendo válidos somente os documentos e declarações em papel timbrado e com assinatura do representante legal.

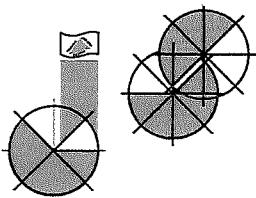
Esclarecemos que segundo a Lei nº 12.546 de 14/12/2011, artigo 7º, inciso IV as empresas fazem no mês de janeiro de cada exercício social, a opção pela desoneração ou não da folha de pagamento, ou seja, como o faturamento das obras licitadas será apenas a partir do próximo ano, esta empresa poderá fazer a opção pela desoneração da Folha, o que justifica a Composição do BDI utilizando a alíquota de 4,5% referente a CPRB, ressaltando que na Composição do BDI apresentada no envelope da Proposta de Preços, consta que o mesmo se refere à obra licitada na TP 07/2018.

Sendo assim, fica comprovado que esta composição de BDI refere-se aos impostos que a empresa adotará ou poderá adotar no próximo exercício social, exercício esse em que será lançado o faturamento referente a esta licitação, e não cita forma de tributação utilizada pela empresa neste ano de 2018.

Queremos salientar também, um parágrafo citado no recurso apresentado pela empresa M2 Engenharia e Construtora Ltda, na página 4: “A análise é de grande importância e rigor, pois dela resultará contratação para a Administração, **que deve buscar a melhor proposta, não deixando de lado a inidoneidade da empresa**”, grifo nosso.

Acreditamos que a empresa M2 Engenharia e Construtora Ltda, está entrando em contradição e tentando utilizar de formalismo exagerado.

Citamos a posição do TCU a respeito do formalismo exagerado, na Decisão nº 695/1999 - TCU – Plenário, in verbis:



JOÃO SILVEIRA CONSTRUÇÕES

Reg. CREA-MG 043794 - CNPJ: 10.428.583/0001-00
Rua Clarindo Goulart, 1446 - CEP 38550-000 - Coromandel-MG

“19. O apego a formalismos exagerados e injustificados é uma manifestação perniciosa da burocracia que, além de não resolver apropriadamente problemas cotidianos, ainda causa dano ao Erário, sob o manto da legalidade estrita. Esquece-se o interesse público e passa-se a conferir os pontos e vírgulas como se isso fosse o mais importante a fazer.”

Acerca do assunto, observe o que leciona o jurista Marçal Justen Filho:

“Tratou-se de assegurar a necessidade de interpretar as exigências da lei e do ato convocatório como instrumentais em relação à satisfação do interesse público. Mesmo vícios formais – de existência irrefutável – podem ser superados quando não importam prejuízo ao interesse público ou ao dos demais licitantes. Não se configura lesão ao interesse de outro licitante restrito apenas à questão de ser derrotado. É imprescindível evidenciar que os defeitos ou vícios da proposta ou documentação traduzem frustração ao espírito competitivo, à lisura da disputa ou à razão que conduziu a adoção de certa exigência. Esse tratamento deve ser reservado a todos os licitantes, em igualdade de condições” (cf. in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 10ª ed., Dialética, São Paulo, 2004, p. 67).

Portanto a comissão de licitação optou pela melhor proposta para o município, validando a idoneidade de nossa empresa.

Diante do exposto, solicitamos que esta comissão não acate o pedido de inabilitação solicitado pela empresa M2 Engenharia e Construtora Ltda e confirme a **HABILITAÇÃO** da empresa JOÃO SILVEIRA CONSTRUÇÕES, visto que apresentamos a proposta de menor valor e cumprimos com todas as exigências do Edital.

Esperamos que esta comissão acate este parecer, possibilitando a ampla concorrência.

Entendemos também, que caso sejamos desclassificados, é nosso dever acionarmos nossos direitos junto aos órgãos superiores.

Atenciosamente,


João Silveira